

JORNAL DO BRASIL

Fundado em 1891

M. F. DO NASCIMENTO BRITO — Diretor Presidente
BERNARD DA COSTA CAMPOS — Diretor

J. A. DO NASCIMENTO BRITO — Diretor Executivo
MAURO GUIMARÃES — Diretor
FERNANDO PEDREIRA — Redator Chefe
MARCOS SÁ CORRÉA — Editor
FLÁVIO PINHEIRO — Editor Assistente
JOSÉ SILVEIRA — Secretário Executivo

Economia. Brasil Sinais de Confiança

O alargamento dos critérios financeiros admitido por autorizados porta-vozes do Banco Mundial oferece ao Brasil um novo cenário, sem as nuvens que envolviam as negociações da dívida externa. Modifica-se a visão dos credores em função da coerência das medidas tomadas pelo governo brasileiro, pela pontualidade em honrar os compromissos e pelos resultados que começam a ser alcançados.

A disposição do Banco Mundial em ultrapassar seus limites operacionais para emprestar 2,5 bilhões de dólares por ano ao Brasil, no triênio 86 a 88, é indicativa de mudança na doutrina da instituição financeira e o reconhecimento de uma nova atitude governamental no tratamento do problema inflacionário. A nova disposição internacional é obviamente condicionada à capacidade brasileira de realizar as metas econômicas.

O governo brasileiro vai completar em fevereiro o segundo mês consecutivo sem recorrer a emissões de papel-moeda. Por dois meses o Orçamento foi executado com rigor absoluto. Comprova-se, assim, o começo de uma fase de austeridade nos gastos públicos como há muitos anos não se conhecia. A severidade orçamentária é reveladora de uma determinação política que se constitui preliminar de confiança nacional.

A cota do Governo Sarney inclui o compromisso com a desestatização econômica, atrás da qual se ocultam despesas realimentadoras do processo inflacionário. Trata-se, no entanto, de um programa retardado pela própria burocracia do Governo, que a proliferação de empresas públicas multiplicou e pôs fora de controle. Pouco adianta o Executivo querer desestatizar, se não é acompanhado na vontade política de demoler essa destoante aberração num regime em transformação democrática. O Congresso é fraco como vontade política, porque continua a ver nas empresas sob administração do Estado uma área de influência e empreguismo. O Executivo está ainda sozinho na disposição de desestatizar, mas terá de imprimir prioridade ao programa para a austeridade financeira não ser apunhalada pelas costas, com os fatos consumados a que recorre a burocracia.

As negociações brasileiras com os bancos privados internacionais também se beneficiam de uma linha de confiança que se materializa na expectativa de redução da taxa de riscos (*spread*) para 1,25%. Trata-se de um reconhecimento do acerto das medidas com que o Brasil começou o ano pisando firme no freio para deter as emissões de dinheiro. A questão do *spread* servia

anteriormente de escudo para a intermediação: a taxa de risco era um guarda-chuva para vantagens marginais. A austeridade na execução orçamentária já começou a recolher o respeito internacional. Anuncia-se também a disposição dos bancos credores privados para dispensar o Brasil da exigência prévia do compromisso que os países devedores assumem com o FMI.

O efeito moral da austeridade financeira, expressa na execução orçamentária que marca o ano de 86, bem como o fechamento da contabilidade facultada no passado ao Banco do Brasil e a criação da Secretaria do Tesouro, como instrumento de controle e saneamento, são indícios de saudável mudança no comportamento brasileiro diante da inflação. O Banco Mundial acelera ao mesmo tempo, como estímulo à auto disciplina dos gastos públicos, os créditos diretos para projetos de energia elétrica, irrigação, saúde e agricultura no Nordeste. É um leque promissor.

A opção pelo desenvolvimento com o combate à inflação antecipa a confiança internacional e estimula outras etapas importantes para a transformação política e econômica do Brasil no sentido democrático. A confiança é uma via com tráfego nas duas direções: implica reciprocidade de tratamento. A medida que avançar na desestatização da economia, o Brasil terá a seu dispor recursos a serem canalizados por um regime competitivo a se instalar nas áreas em que predomina a reserva de mercado, com os seus custos elevados e os privilégios.

Há muito a fazer e, portanto, muito a conquistar para o alargamento da confiança internacional. São medidas de reforma econômica, indispensáveis à proteção das reformas políticas. O Brasil se destaca, entre as nações devedoras, não apenas pelo montante dos seus compromissos, mas também como o único país — com exceção das economias desenvolvidas — que honrou, a tempo e a hora, os seus compromissos. No momento em que demonstra inequivocadamente sua capacidade de romper o cerco da inflação e retomar o ritmo de desenvolvimento, tudo mais se desloca para uma perspectiva favorável.

O reconhecimento externo, traduzido nos primeiros sinais (relativos ao *spread* menor e aos empréstimos do BIRD para os próximos três anos), realimentam a confiança nacional nas vantagens dos sacrifícios, que não mais se confundem com a recessão imposta à sociedade e já se identificam, claramente, com a severidade dos gastos públicos. Numa palavra, austeridade.